

A produção social do espaço urbano de Mark Gottdiener.
São Paulo: Edusp, 1997, 290 páginas

Ana Elisabete de A. Medeiros*

O espaço como uma dimensão da reprodução social vem sendo objeto da atenção de várias gerações de arquitetos, urbanistas e sociólogos cujos legados servem de alicerce às questões que a relação entre o espaço e a sociedade contemporânea nos coloca, hoje. Afinal, desde a Antigüidade que a sociedade vem encontrando novas formas de expressão arquitetônica e urbanística que se sucedem, se sobrepõem ou coabitam no espaço, à medida que o tempo avança.

Na realidade, seja na esfera cultural, urbana, arquitetônica, sociológica ou das ciências sociais como um todo, a busca de uma maior compreensão da nossa contemporaneidade passa, obrigatoriamente, pelo atual debate entre espaço e sociedade, na medida em que os problemas sociais frente aos quais a atualidade nos coloca encontram-se intimamente associados às questões de caráter espacial. E é a esta busca, a este debate que Mark Gottdiener¹ procura trazer sua contribuição.

Enfim, transforma-se a sociedade, modificam-se as formas de materialização desta no espaço, mas a relação espaço/sociedade permanece. E é neste contexto de permanência das relações entre espaço e sociedade que se insere *A Produção Social do Espaço Urbano*. De fato, nesta obra, o autor discute uma forma qualitativamente nova de espaço urbano, cuja existência, como produto social, pressupõe mudanças profundas nos padrões de organização da sociedade, capazes de produzir e reproduzir tais tipos de uso da terra.

* Ana Elisabete de A. Medeiros é arquiteta e urbanista, doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília.

¹ Mark Gottdiener é professor associado de Sociologia e Estudos Urbanos da Universidade da Califórnia.

Neste sentido, em contraposição à forma compacta da cidade que outrora representara um processo histórico, Gottdiener identifica uma nova forma de cidade polinucleada, em ruptura com este processo histórico, na medida em que não se constitui numa ampliação da cidade tradicional, tampouco é organizada pelas atividades socioespaciais do centro histórico ou pode ser analisada a partir de conceitos convencionais como “urbano” e “rural”. O autor nos apresenta, assim, à “desconcentração² metropolitana”, esta nova forma do espaço urbano que emerge da análise da morfologia espacial contemporânea, como resultado de um novo tipo de organização social, e cuja dinâmica as teorias de produção do espaço tradicionais parecem incapazes de explicar em sua totalidade.

Na verdade, Gottdiener acredita que a produção dos cientistas urbanos clássicos apresenta-se obsoleta e ultrapassada frente às implicações sociais, políticas ou econômicas advindas dos atuais padrões de desenvolvimento, da atual forma de organização socioespacial. Assim, o autor se propõe a apresentar um novo paradigma, alternativo aos paradigmas convencionais, que explique, sobretudo, de que maneira se efetuaram as transformações da organização social e quais os aspectos desta reorganização social responsáveis pela reestruturação do espaço urbano na forma de desconcentração metropolitana.

Para tanto, Gottdiener reconstrói, criticamente, o percurso dos estudos urbanos, através da releitura dos paradigmas clássicos da Sociologia, Geografia e Economia Urbanas e da Economia Política Marxista, num primeiro momento; e, num segundo momento, por meio da análise do pensamento contemporâneo de Manuel Castells e Henri Lefebvre sobre o urbano. Trata-se, precisamente, da tentativa de identificação e análise crítica das atuais abordagens de estudo urbano das formas espaciais contemporâneas, a partir das quais o autor, inspirado, sobretudo, na teoria da produção social do espaço de Lefebvre, propõe, num terceiro e último momento, uma nova interpretação “marxista” para as transformações sociais que imprimem ao espaço urbano a sua feição atual: a perspectiva de produção social do espaço.

Elegendo os Estados Unidos como contexto de análise, a partir da justificativa de que a desconcentração metropolitana é uma expressão de organização socioespacial tipicamente norte-americana — uma vez que em nenhum outro país, mesmo na Europa industrializada, a cidade central perdeu mais as suas funções estruturadoras que aqui, “desconcentrando-se” em zonas polinucleadas — Gottdiener dá início à sua discussão da produção social do

² Segundo Gottdiener, “(...) desconcentração se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais”. (19)

espaço, através de considerações acerca das limitações dos paradigmas convencionais da Ecologia Urbana.

Objeto de estudo do Urbanismo e de outras disciplinas, a cidade só vai se tornar, de fato, centro do interesse sociológico com a ascensão da Ecologia Urbana. É desta maneira que o primeiro olhar sociológico sobre o espaço urbano se deve à “Escola de Chicago”.

Aqui, Park, McKenzie e Burgess, entre outros, inauguram, através da Ecologia Urbana, uma nova maneira de conceituação do espaço e, conseqüentemente, de relação entre este e a sociedade: trata-se, neste primeiro momento, da explicação de padrões espaciais a partir de fatores sociobiogênicos. Enfim, acredita-se na pesquisa empírica das formas concretas da cidade como instrumento revelador dos elementos determinantes do comportamento humano e da dinâmica social, calcada na competição, por localização, entre grupos sociais e forças econômicas.³

Neste contexto, a questão da centralidade, como nos mostra Gottdiener, é essencial, uma vez que o centro das cidades representa o espaço urbano de dominação social e econômica. Na verdade, é sobre a noção de centralidade que se alicerça o modelo da “zona concêntrica”, de Burgess, segundo o qual a cidade cresce para fora, concêntricamente, na medida em que no contexto de competição inerente às cidades centrais, o processo de relocação de antigas funções se efetuava, sempre, no sentido centro/periferia.

À luz de tal leitura do espaço urbano, calcada na centralidade e dispondo os fatores econômicos na base da organização espacial, a Escola de Chicago do pré-guerra não reconhece, de acordo com Gottdiener, o papel fundamental desempenhado pela cultura na produção social do espaço. E é precisamente no contexto das contraposições entre fatores “culturalistas” e “naturalistas” que surgem as primeiras críticas à Ecologia Urbana do pré-guerra.

O segundo pós-guerra traz consigo uma nova geração da Escola de Chicago, continua o autor. Entre a revisão da ecologia humana dos anos 20 (Hawley)⁴ e a adoção do “complexo ecológico” como modelo formal de análise (Schnore e Duncan)⁵, a nova ecologia urbana estruturada em função de uma resposta à crítica culturalista, conforme nos apresenta Gottdiener, pressupõe, a compreensão da dinâmica social a partir de reflexões sobre a transformação/

³ Um debate interessante desta tendência teórico/empírica pode ser encontrado em Coulon, Alain. *Etnometodologia*. São Paulo: Editora Vozes, 1995.

⁴ Hawley, Amos. *Human Ecology*. New York: Ronald Press, 1950.

⁵ Duncan, O. & Schnore, L. Cultural, Behavioral, and Ecological Perspectives in the Study of Social Organisation. In: *American Journal of Sociology*. 1959. 65: 132-146.

conceituação do espaço urbano, baseadas, não mais na disputa, que caracterizou a primeira Escola, entre grupos sociais e forças econômicas, e sim sobre as evoluções sofridas pelos meios de transporte e comunicação, em decorrência do avanço tecnológico.⁶

Neste momento, antes de passar à análise da Economia e Geografia Urbanas, Gottdiener nos apresenta as limitações da ecologia urbana contemporânea de Hawley. Dependente das novas tecnologias em transporte e comunicação; distante da idéia de competição entre grupos sociais, desenvolvida pela primeira Escola de Chicago; e ignorando as influências de classe e de fatores econômicos e políticos nas determinações da organização socioespacial, os limites do *Human Ecology*, de Hawley se tornam claros.⁷

Outros conceitos do espaço e de sua relação com a sociedade são propostos pela Geografia e Economia. O autor nos mostra, então, que a conceituação do espaço e sua pertinência para a compreensão da sociedade pode ser apreendida, no contexto da Geografia e Economia Urbanas, através, por exemplo, dos papéis desempenhados pela centralidade, no seio da “Teoria da Localização”; pelo “Determinismo Tecnológico”; pela “Teoria do Equilíbrio”; ou pela abordagem do urbano pelo “Sistema de Cidades”, apontados e analisados por ele.

Entre as limitações apontadas por Gottdiener à Geografia e Economia urbanas, encontram-se a atribuição do papel principal de estruturação do espaço urbano ao centro histórico; a explicação da desconcentração urbana, por meio de um determinismo tecnológico, em termos do progresso dos meios de transporte e comunicação; a crença da teoria do equilíbrio em um todo social constituído por partes integrantes do sistema urbano em sua totalidade, não admitindo a existência de circunstâncias exteriores; e, finalmente, o descrédito em relação às funções e poderes intervencionistas do Estado.

Neste momento, contudo, antes de passar à Economia Política Marxista, Gottdiener ainda procede a uma segunda análise da Ecologia, Geografia e Economia Urbanas, agora, a partir do reexame da sua capacidade de explicar o desenvolvimento urbano. E o autor o faz a partir da reavaliação da Teoria Ecológica da Expansão Metropolitana.

⁶ Tal concepção do movimento em termos de tecnologia de transportes e comunicação apresenta-se como suporte explicativo das transformações morfológicas socioespaciais contemporâneas não apenas da Escola de Chicago do pós-guerra, mas também da Economia e Geografia Urbanas.

⁷ É preciso esclarecer que Gottdiener não se dispõe à discussão do chamado “complexo ecológico”, de Schnore e Duncan, alegando a existência de inúmeras críticas a este esquema formal de análise, inclusive por parte de Castells. (Castells, Manuel. *The Urban Question*. Cambridge, Mass, MIT Press, 1977).

Desenvolvida por Hawley (1950), testada por Berry e Kasarda⁸ e alicerçada na relação direta entre os processos de expansão da cidade central e do interior urbano, a Teoria Ecológica da Expansão Metropolitana encontra, pela primeira vez, nos estudos de Armstrong⁹, uma teoria de contestação, que relaciona a localização de determinadas funções urbanas com o papel da área metropolitana no interior do sistema econômico global, e não mais com a cidade central e a expansão do interior urbano, como defendia a teoria hawleyana.

De fato, enquanto os estudos de Armstrong, Cassidy, Manners e Quante¹⁰ confirmam a dispersão de determinadas funções urbanas, sobretudo as de administração e coordenação, os trabalhos de Bell, Galbraith e Mandell¹¹ entre outros, sugerem uma mudança expressiva na formação social norte-americana, a partir dos anos 60, responsável pelo processo de suburbanização e transformação da cidade central, entre outros.

Dando continuidade à discussão da produção do espaço, buscando contrapor a sua crença na reestruturação urbana como produto das transformações do sistema social maior, à teoria convencional da expansão metropolitana, que pensa a reestruturação urbana como função das mudanças internas aos próprios lugares, Gottdiener segue procurando responder, através de exemplos e à luz da sua teoria, à questão: quais são os fatores que formam a base da distribuição das funções administrativas na região metropolitana?

Por meio do estudo da relação entre “padrões de emprego colarinho-branco e de localização administrativa”, de um lado, e da “renovação urbana e transformações da cidade central”, de outro lado, Gottdiener nos sugere o papel crescente das economias de serviço e de informação bem como o papel incentivador do Estado na construção de edifícios de escritório na cidade central, como os fatores determinantes, dentro de transformações sociais em larga escala, da distribuição do emprego colarinho-branco por toda a região

⁸ Berry, B. & Kasarda, J. *Contemporary Urban Ecology*. New York: Macmillan, 1977.

⁹ Armstrong, R. *The Office Industry*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1972; National Trends in Office Construction, Employment and Headquarters Location in the U.S. Metropolitan Areas. In: P. Daniels (ed.) *Spatial Patterns of Office Growth and Location*. New York: John Wiley & Sons, 1979.

¹⁰ Cassidy, R. *Moving to the Suburbs*. New Republic, jun. 22, pp. 1972. Manners, G. *The Office in the Metropolis*. Economic Geography 1974. Quante, W. *The Exodus of Corporate Headquarters from New York City*. New York, Praeger, 1976.

¹¹ Bell, D. *The Coming of Post-Industrial Society*. New York: Basic Books, 1973. Galbraith, J. *The New Industrial State*. Boston: Houghton Mifflin, 1969. Mandell, E. *Late Capitalism*. New York: Velos, 1975.

metropolitana e da preservação de parte expressiva das funções administrativas na área central, a despeito da tendência de desconcentração urbana. Enfim, de acordo com Gottdiener, a partir da perspectiva de produção social do espaço é possível se ter uma leitura mais abrangente dos padrões de distribuição das funções urbanas no espaço, uma vez que estes são lidos como resultados de processos e transformações da sociedade.

A análise da cidade, da aglomeração e reestruturação metropolitanas, também deu origem à Economia Política Marxista, abordagem do espaço urbano apresentada por Gottdiener por meio da discussão dos “teóricos do conflito de classes” e da “teoria da acumulação do capital”.

No que se refere à teoria do conflito de classes, Gottdiener observa que, nesse modo de análise, atribui-se ao trabalho a determinação da localização das funções no espaço urbano. Desta maneira, o espaço é explicado como um dos múltiplos aspectos da expressão da luta de classes e parte integrante do sistema de produção. Gottdiener nos faz ver, ainda, que sob este ponto de vista, o aspecto físico-espacial das cidades nada mais é que uma função de cada estágio particular do modo de produção capitalista. Desta maneira, para o capitalismo comercial, a cidade comercial correspondente; para o capitalismo industrial, a cidade industrial correspondente, e assim por diante.

David Gordon¹² surge, neste momento, no discurso gottdieneriano como o autor da primeira teoria marxista explicativa do fenômeno da descentralização metropolitana. Contrapondo-se ao determinismo tecnológico característico da Ecologia Urbana, Gordon explica o crescimento polinucleado das cidades contemporâneas como reflexo da atual forma de capitalismo.

Quanto à teoria da acumulação de capital, desenvolvida sobretudo por Harvey¹³ e oferecendo uma abordagem mais ampla de compreensão da sociedade que a teoria do conflito de classes, tal perspectiva defende a morfologia da região metropolitana como manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Neste sentido, o estado intervencionista e o capital financeiro desempenham papéis primordiais na explicação da acumulação de capital no espaço.

Comparando a Teoria Política Marxista e a Teoria Ecológica convencional, Gottdiener estabelece um avanço teórico em quatro aspectos

¹² Gordon, David. *Capitalism and the Roots of the Urban Crisis*. In: *Alcaly & Mermelstein*, 1977; *Class Struggle and the Stages of Urban Development*. In: *Watkins & Perry*, 1977; *Capitalist Development and the History of American Cities*. In: *Tabb & Sawers*, 1984.

¹³ Harvey, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1973.

básicos: passa-se da perspectiva do “sistema de cidades” à análise do urbano a partir do conceito de localização como espaço das relações de produção; atribui-se ao Estado um papel central na produção do espaço, anteriormente ignorado; complexifica-se a teoria de localização, alicerçada no determinismo tecnológico, por meio de uma teoria de localização baseada na luta de classes e no processo de acumulação do capital; e determina-se o lugar do espaço urbano no contexto da produção e reprodução do capital.

Todavia, apesar do estágio mais avançado em relação à Teoria Ecológica convencional, a Teoria Política Marxista, alerta-nos Gottdiener, não responde, de fato, à questão da produção diferenciada de formas urbanas, uma vez que a sua tese, centrada na lógica do capital, pressupõe que a relação entre ciclos periódicos de investimento e processo de acumulação de capital permanece constante. Falta, neste sentido, à perspectiva marxista de análise do urbano, uma compreensão minuciosa das relações entre o Estado, o espaço e a sociedade, uma compreensão que só será alcançada, segundo Gottdiener, com as teorias de Castells e Lefebvre.

Depois da Sociologia, Geografia e Economia urbanas e da Economia Política Marxista, é em torno da contraposição do estruturalismo de Manuel Castells e da produção do espaço de Henri Lefebvre que gravitam os debates das relações socioespaciais neste fim de século. A diferença maior na concepção do espaço, nas teorias destes autores, reside no fato de que, para Castells, o urbano não passa da parcela espacial da reprodução das forças sociais produtivas, enquanto para Lefebvre, o espaço urbano (e não a terra) é, em si mesmo, ao lado do trabalho e do capital, uma das forças de produção da sociedade.

É a Lefebvre, ainda, que se devem os conceitos de “espaço abstrato” e “espaço social”, ou espaço de reprodução das relações político-econômicas e espaço das práticas sociais cotidianas, respectivamente. Segundo nos mostra Gottdiener, Lefebvre relaciona a transformação do espaço à apropriação do valor de uso do espaço social a partir do domínio do valor de troca do espaço abstrato. Assim, a materialização no espaço dos valores advindos das práticas sociais cotidianas produzidas no âmbito do espaço social revela-se uma condição *sine qua non* para a preservação da sua existência.

Neste contexto, o conceito de “espaço social” parece estar intrinsecamente associado à idéia de cultura. Por conseguinte, como nos explica Gottdiener, a abordagem da produção do espaço pressupõe uma interação entre a teoria da Economia Política Marxista e a perspectiva de construção do espaço por Lefebvre, na medida em que requer a articulação entre espaço, acumulação de capital e universo simbólico de expressão cultural.

Na realidade, a teoria da produção social do espaço que Gottdiener nos propõe compreende a organização socioespacial não mais como uma conseqüência das forças socioestruturais dominantes na sociedade, mas como um produto das relações entre processos econômicos, políticos e culturais. Também, contrariamente aos ecologistas e marxistas, Gottdiener não mais acredita na organização espacial como processo inerente a um contexto social específico. Antes, o autor localiza a perspectiva de produção social do espaço no âmbito de uma teoria geral emergente, estruturacionista, baseada na análise dos papéis da estrutura e da ação na organização socioespacial. Descrente na relação marxista de causa e efeito entre formas de cidade e fases do capitalismo, Gottdiener pensa a organização socioespacial como resultado da articulação dialética, por meio de processos contingentes, entre processos sociais e padrões espaciais. Segundo Gottdiener, tais processos e não a morfologia urbana desconcentrada da cidade contemporânea, em si, merecem atenção e análise.

Situando, portanto, o processo contingente da produção do espaço no ponto focal de sua análise, Gottdiener se propõe a discutir os aspectos estruturais do capitalismo mais importantes para a compreensão da atual configuração espacial urbana: a corporação global, o Estado intervencionista, e a tecnologia como força de produção. Mas, se a discussão das características estruturais do capitalismo permite a compreensão das diferenças entre padrões do ambiente construído, não propicia, em contrapartida, o entendimento das formas espaciais. Este entendimento apenas é atingido, de acordo com Gottdiener, através da observação das ações sociais, movidas por interesses específicos que determinam as formas do espaço urbano.

Mais adiante, Gottdiener, ao pretender entender a articulação entre a atual forma desconcentrada de assentamento urbano e as mudanças do capitalismo tardio, ressalta a total dissociação entre produção do espaço urbano e oposição campo/cidade no contexto norte-americano hoje. No cenário da desconcentração metropolitana, o ambiente construído sofre transformações alicerçadas nas relações do capitalismo tardio tanto na esfera industrial, como na agrícola. O estudo do caso americano conhecido como a mudança para o "cinturão do sol", revela-nos Gottdiener, demonstra que a atual configuração urbana, longe de ser a materialização, no espaço, da evolução social, é, antes de tudo, a expressão de um processo social, político e econômico, envolvendo ações no setor da propriedade e intervenções estatais. Aqui, o resultado da reestruturação socioespacial é a produção do desenvolvimento desigual.

Considerado por muitos marxistas como a principal contradição do sistema capitalista, enquanto expropriação privada de riqueza e base social de sua produção, o desenvolvimento desigual é um problema que coloca questões

cujas respostas específicas a política pública ainda não conhece. A análise convencional da produção do espaço acredita, conforme afirma Gottdiener, que os padrões de crescimento da cidade advêm de processos “naturais” de equilíbrio entre desenvolvimento tecnológico e transformações de ordem demográfica. Explicam-se, sob este ponto de vista, o desenvolvimento desigual, as disparidades socioespaciais, como conseqüências de forças sociais “naturais”.

Contraopondo-se a esta visão conformista, àquilo que a teoria convencional define como forças sociais “naturais”, Gottdiener vai conceituar como forças sociais “artificiais”, resultantes de processos socioculturais, econômicos e políticos “conscientes”. De fato, Gottdiener acredita na possibilidade de uma reestruturação socioespacial que resulte num desenvolvimento igualitário, a partir da implementação de novas políticas públicas capazes de reestruturar o espaço com o propósito não mais de atingir a qualidade de vida urbana com o crescimento econômico e sim por meio de ações sociais transformadoras.

Neste sentido, inserido no processo de reavaliação e busca pelo aperfeiçoamento dos paradigmas críticos de análise das expressões de organização socioespaciais, *A Produção Social do Espaço Urbano* nos conduz, por fim, à releitura dos urbanistas utópicos de fins do século XIX, cuja crença na produção do espaço como meio de alcance da qualidade de vida através da transformação social ressurgiu, hoje, como uma alternativa de pensamento.

Enfim, ao considerar o espaço urbano uma construção social em sua totalidade e nos apresentar à perspectiva da produção do espaço, Gottdiener nos sugere e nos deixa como elemento de reflexão a idéia de que cabe ao pensamento social orientar a organização do espaço e que, portanto, a transformação da sociedade depende da elaboração consciente de novas relações socioespaciais.